

N. 4 OUT 2017

retratos

A REVISTA DO IBGE

SEDE DE SUSTENTABILIDADE:
VEM AÍ A CONTA
AMBIENTAL DA ÁGUA

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: OS DESAFIOS PARA
A IGUALDADE DE GÊNERO

NAS ÁREAS RURAIS
AMAZÔNICAS, A CHUVA
É QUEM MANDA

0 (não) espaço da escola

Professores e alunos buscam alternativas
para a prática de atividades físicas



A notícia de quem produz a informação



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem a sua própria agência de notícias. Digite agenciadenoticias.ibge.gov.br e acesse um mundo de informações em diferentes formatos: releases e vídeo-releases; notícias; infográficos; banco de imagens; vídeo-reportagens; pequenos documentários e reportagens. A Agência IBGE Notícias também produz mensalmente a revista Retratos e gera conteúdo jornalístico nos perfis do IBGE nas redes sociais. Muitas mídias, diversos formatos e um só objetivo: informação para a cidadania.

agenciadenoticias.ibge.gov.br



www.ibge.gov.br 0800-721-8181



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



DIVERSAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS começam a se articular para juntos construírem os indicadores globais e nacionais para a mensuração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para conhecer mais de perto as temáticas em discussão, a partir desta edição a Retratos inicia uma série de entrevistas com os técnicos que estão à frente de cada um dos 17 ODS.

Sustentabilidade é a palavra-chave que também perpassa os debates em torno da elaboração da Conta Ambiental da Água, projeto que vai informar o quanto de água cada setor produtivo do país utiliza, inclusive em termos monetários, e o impacto desses gastos nos nossos mananciais. O mesmo olhar atento à sustentabilidade ambiental está presente em vertentes

do meio rural brasileiro, como na produção agrícola de determinadas áreas da Amazônia, as quais são caracterizadas por iniciativas que visam a conservação da biodiversidade.

No entanto, nas cidades o desenvolvimento do espaço urbano nem sempre atende às necessidades de todos. A simples realização de atividades, como as previstas em currículos escolares, pode exigir que professores e alunos busquem espaços alternativos – em especial quando o assunto é esporte, como mostra nossa reportagem de capa.

Por fim, observar os hábitos alimentares da população, com base em um conjunto de produtos, é uma forma curiosa de conhecer aspectos de nossa diversidade regional. Boa leitura.

Equipe da redação

expediente

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Avenida Franklin Roosevelt, 166 sala 900 A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-120



Presidente

Roberto Olinto Ramos

Diretor-Executivo

Fernando J. Abrantes

Diretoria de Pesquisas

Cláudio Crespo

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática

José Sant' Anna Bevilacqua

Centro de Documentação

e Disseminação

de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências

Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de

Comunicação Social

Diana Paula de Souza

Editor

Marcelo Benedicto

Editora assistente

Marília Loschi

Editora de arte

Simone Mello

Projeto Gráfico

Helga Szpiz

Simone Mello

Reportagem

Eduardo Peret

Marcelo Benedicto

Marília Loschi

Mônica Marli

Pedro Renaux

Editoração eletrônica

Helga Szpiz

Lícia Rubinstein

Simone Mello

Foto de capa

Lícia Rubinstein

Fotografia

Adjalma Nogueira Jaques, Ceplac,
Guilherme Gonçalves e Lícia Rubinstein

Tratamento de imagens

Lícia Rubinstein

Produção

Helena Pontes

Logística de distribuição

Helena Pontes

Helga Szpiz

Colaboradores

Claudia Crescente, Felipe Nascimento,

Irene Gomes, Karina Meirelles

(estagiária), Marina Cardoso

(estagiária), Max de Carvalho, Pedro

Renaux, Raimundo Nobre Jr., Reginaldo

Lopes da Silva e Vanessa Santana

(estagiária)

Revisão de textos

Marília Loschi

Impressão

COAN Indústria Gráfica Ltda.

Tiragem

20.000 exemplares

Retratos a Revista do IBGE

é uma publicação mensal do Instituto para distribuição interna e externa. A publicação não é comercializada. Todos os direitos são reservados.

Caso queira reproduzir as matérias e as imagens desta edição, entre em contato através do nosso e-mail.

Críticas e sugestões:

revistaretratos@ibge.gov.br

5 #ibge/publicações

26 o ibge de Edmar Bacha



6 **igualdade de gênero**

Cultura e indicadores sociais para se pensar o ODS 5



8 **rural amazônico**

As peculiaridades nas áreas rurais de floresta



12 **traga-me um copo d'água tenho sede**

Precisamos pensar em desenvolvimento econômico com sustentabilidade



16 **a arte e a estatística dos alimentos**

Pesquisas que mostram o que está na mesa dos brasileiros



20 **a cidade como sala de aula**

O entorno da escola e sua influência sobre as atividades

#ibge

Em agosto, nossos números no Facebook foram:

Total de seguidores: **268.392**

Novas curtidas no mês: **3.414**

Total de visualizações dos posts: **1.278.464**

Pessoas alcançadas: **688.721**

Usuários envolvidos na página: **43.603**

Visitaram ou viram a página: **279.249**

Notícia mais lida na Agência IBGE Notícias (4.512 acessos)

IBGE finaliza primeiro processo seletivo do Censo Agro 2017

Siga o IBGE nas redes sociais

 @ibgecomunica  /ibgeoficial

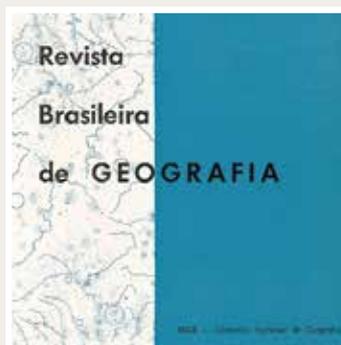
 @ibgeoficial  /ibgeoficial

Posts de destaque nas redes sociais em julho



Rank	UF	Município	População
1º	SP	São Paulo	12.106.820
2º	RJ	Rio de Janeiro	4.520.228
3º	DF	Brasília	3.038.444
4º	BA	Salvador	2.393.288
5º	CE	Fortaleza	2.827.482
6º	MS	Belo Horizonte	2.223.784
7º	AM	Manaus	2.130.264
8º	PR	Curitiba	1.990.280
9º	PE	Recife	1.633.687
10º	RS	Porto Alegre	1.483.541
11º	GO	Goiânia	1.486.108
12º	PA	Belém	1.452.276
13º	SP	Guarulhos	1.348.113

 Estimativas da população 2017



 #TBT Revista Brasileira de Geografia



 Data comemorativa



 Apresentação Censo Agro 2017

publicações

Visite nossa loja virtual: <http://loja.ibge.gov.br/>



O desafio de retratar o país

Entrevistas inéditas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015. A obra realça a trajetória do instituto segundo seus 10 últimos gestores, com destaque para os desafios à frente de uma das instituições mais antigas do país. Edmar Bacha, Edson Nunes, Charles Mueller Eduardo, Augusto Guimarães, Eurico Borba, Silvio Minciotti, Simon Schwartzman, Sérgio Besserman, Eduardo Pereira Nunes e Wasmália Bivar formam o time de entrevistados.



Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil

Apresenta uma proposta de classificação, por município, dos espaços rurais e urbanos, identificados a partir de critérios comuns para todo o território nacional. Tendo em vista o cenário de intensa urbanização do país, a publicação traz informações que aprofundam o conhecimento geográfico da realidade territorial brasileira, em especial o movimento de continuidade/descontinuidade entre os espaços rurais e urbanos.



igualdade de gênero

texto Marília Loschi arte e foto Licia Rubinstein

Valorização do trabalho doméstico; liderança nas tomadas de decisão; saúde sexual e reprodutiva; discriminação e violência: não é possível falar de igualdade de gênero sem passar por uma análise profunda desses temas. Barbara Cobo comenta a participação do IBGE nesse cenário e destaca os aspectos da nossa cultura que ainda colaboram para as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Revista Retratos Como o IBGE vem tratando a questão de gênero no Brasil?

Barbara Cobo Soares O IBGE já tem um histórico na exploração do tema. Toda pesquisa domiciliar que a gente desagrega por sexo, homem/mulher, já é o primeiro passo para você fazer uma análise de gênero, porque gênero é mais do que a questão biológica, são os papéis esperados de cada sexo numa sociedade. Na Síntese de Indicadores Sociais nós sempre exploramos o tema, principalmente no mercado de trabalho, que é o maior foco de desigualdade de gênero no país. O Brasil já superou o

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5: ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS

gargalo da educação, porque hoje as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas isso ainda não está refletido no mercado de trabalho – e aí entra uma série de outras questões, porque a análise de gênero perpassa diversos temas. A mulher está mais escolarizada, então por que o rendimento ainda não está similar ao dos homens? Muito provavelmente ela está escolhendo ocupações com jornada de trabalho mais flexível porque ainda tem a carga de afazeres domésticos extremamente pesada, ainda muito colocada sob responsabilidade das mulheres.

Retratos Como essas questões são tratadas tendo em vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Barbara Essa discussão de gênero já estava colocada desde os Objetivos do Milênio. Nos ODS veio perpassando seus diversos temas, como o papel da mulher na tomada de decisão: quantas mulheres deputadas, senadoras, juízas, donas de empresas, enfim, o papel da mulher na participação político-social. (Quanto às) questões ligadas à saúde sexual e reprodutiva, estamos planejando agora a

Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), junto com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), investigando todo o histórico de gravidezes, vamos perguntar sobre violência doméstica. Já fizemos o Sistema Nacional de Indicadores de Gênero (SNIG), com dados de Censos, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); estamos negociando ainda a possibilidade de parceria com o CNJ para fazer uma pesquisa de vitimização. A gente está tentando cobrir de forma integrada todos esses temas. E a plataforma dos ODS veio impulsionar, porque o Brasil vai ter que dar respostas para uma série de indicadores que estão ali colocados.

Retratos Qual é o maior desafio quando a gente olha as estatísticas de gênero?

Barbara Eu acho que é você ter uma análise integrada. Você só resolve desigualdades no mercado de trabalho se tiver políticas integradas. Por exemplo, vários países europeus conseguiram diminuir a desigualdade com a licença maternidade/paternidade compartilhada. A gente sabe que um dos maiores fatores para

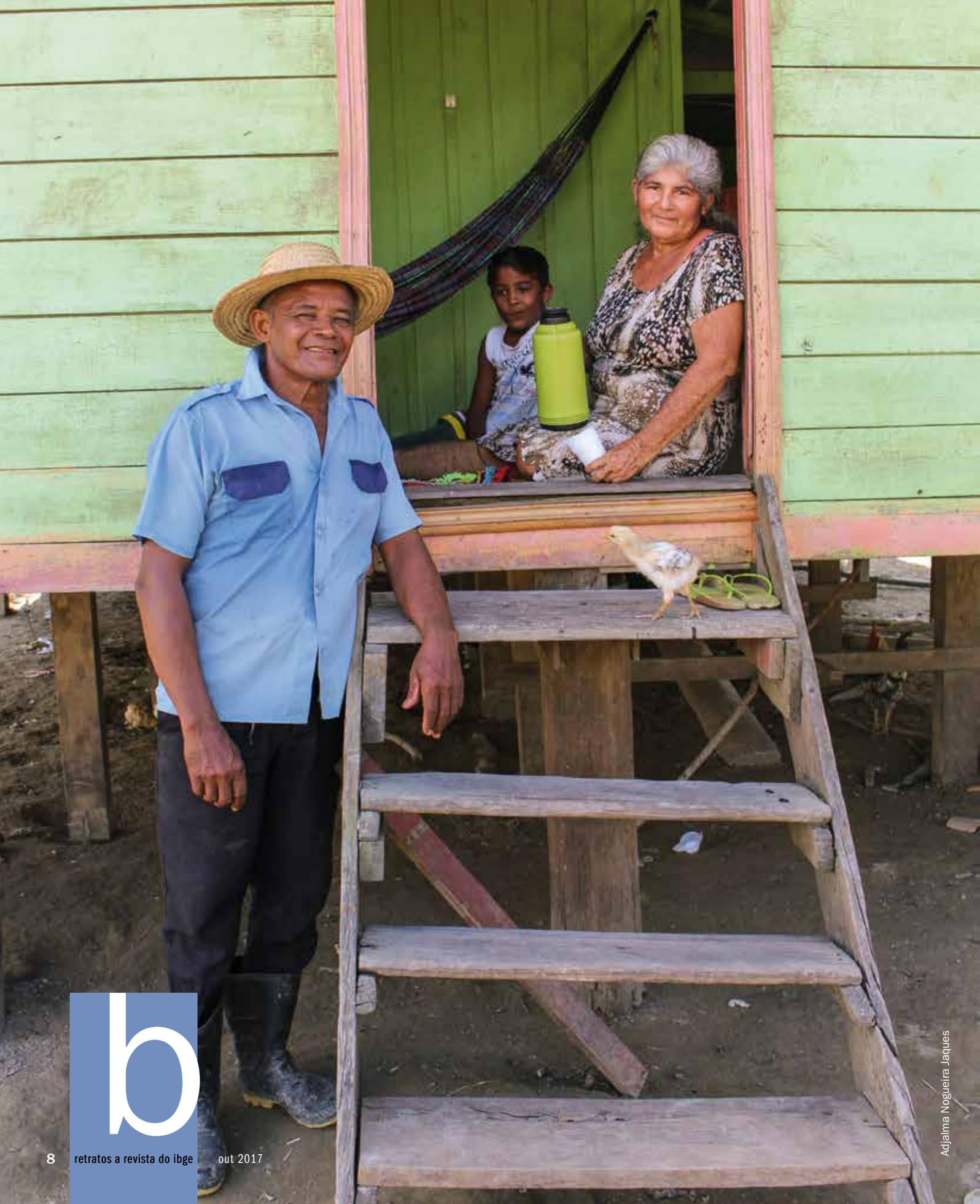
as mulheres saírem do sistema formal escolar ou de emprego é ter que cuidar da casa, dos filhos, dos afazeres domésticos. Tem a questão da violência, a que estamos mais expostas; o preconceito, por exemplo: tem pessoas que não dão cargos ou empregos para mulher porque ela pode engravidar e ter que sair para cuidar da criança. Se a gente observa a distribuição por sexo dos cargos de direção: tem muito mais homens do que mulheres. É o que as pessoas chamam de “teto de vidro”: as mulheres veem aonde querem chegar, mas tem uma barreira que impede.

Retratos Você pode explicar melhor essa metáfora do “teto de vidro”?

Barbara É como se fosse uma barreira invisível. A mulher está escolarizada, está preparada, é mais do que provado que ela tem competência. Ela vê os lugares mais altos pelo teto de vidro, mas não consegue passar por ele. Principalmente por preconceito. Se a distribuição de tarefas entre homens e mulheres fosse mais equitativa, isso já seria uma forma mais consistente de combater desigualdades.



Barbara Cobo Soares, doutora em economia pela UFRJ, é a pesquisadora do IBGE responsável por coordenar a articulação do ODS 5 no Instituto.



rural amazônico

texto Marília Loschi **fotos** Adjalma Nogueira Jaques e Ceplac
colaboração Adjalma Nogueira Jaques, Claudia Crescente, Felipe Nascimento, Pedro Renaux, Raimundo Nobre Jr. e Reginaldo Lopes da Silva

Das diversas formas que os espaços rurais assumem no território do país, talvez as menos conhecidas estejam na Amazônia. Aqui, a associação direta e necessária entre área rural e produção agrícola se rompe: existe o foco na conservação da biodiversidade (o caso das Áreas de Preservação Ambiental) ou de culturas – por exemplo, áreas indígenas e quilombolas. Mesmo a produção agrícola assume características próprias, respeitadoras do tempo e dos caminhos das águas.

Ribeirinhos, extrativistas dos seringais, produtores de mandioca, pescadores. Em sua maioria, são pequenos produtores que vivem de forma isolada, plantam para consumo próprio e vendem seu excedente nos mercados locais. O transporte de barco é comum para levar e trazer as crianças da escola e as mercadorias da cidade, como o cloro que vai tratar a água do rio para se beber.

“A Amazônia tem gente. É interessante mostrar que não é uma floresta vazia”, explica Claudio Stenner, geógrafo do IBGE. “As pessoas vivem mais isoladas, perto da natureza, no uso comunitário da floresta. Tem população indígena, tem a área de reassentamento do Incra, tem quem mora na reserva extrativista”.

No Pará, o produtor de cacau Pedro Gurgel, 55 anos, mora e trabalha com a esposa em um assentamento do Incra na região de Anapu. Nascido em Boa Esperança, no norte do Espírito Santo, ele planta cacau na sua propriedade desde 2010. “Eu me mudei para o Pará em 2004. Sou do Espírito Santo, plantava café lá. Quando vim para cá, não tinha muito conhecimento sobre cacau, mas café não dava pra plantar por aqui. Fiz meu investimento inicial em pecuária e comecei a plantar cacau depois”, conta.

Foto

Benedito Maia vive com esposa e neto na Costa do Supiá, no município de Manacapuru (AM) plantando milho, malva, goiaba e banana. A feira do produtor fica a 30 km de barco.



O clima na Amazônia

Ao contrário do resto do país, em que as estações do ano estão relacionadas à incidência dos raios solares, o clima amazônico é sempre quente e úmido e tem duas estações de acordo com as chuvas: o verão, relativamente seco, de julho a setembro, e o inverno, com grande volume de chuvas, principalmente nos meses de dezembro a maio.

A maior parte de seu rendimento vem da criação de gado de corte e de leite, mas Pedro também planta abacaxi, açaí e goiaba e tem dois tanques de peixes. “É um trabalho pesado, árduo, mas eu gosto muito”, diz. Apaixonado pela abundância do clima de floresta, ele declara: “A maior riqueza nossa aqui é a natureza, tem muita chuva e a terra é muito fértil. No Espírito Santo, a gente trabalhava 24 horas por dia, molhando, o ano todo. E aqui, mesmo no tempo mais seco, até em agosto, chove. É uma bênção”.

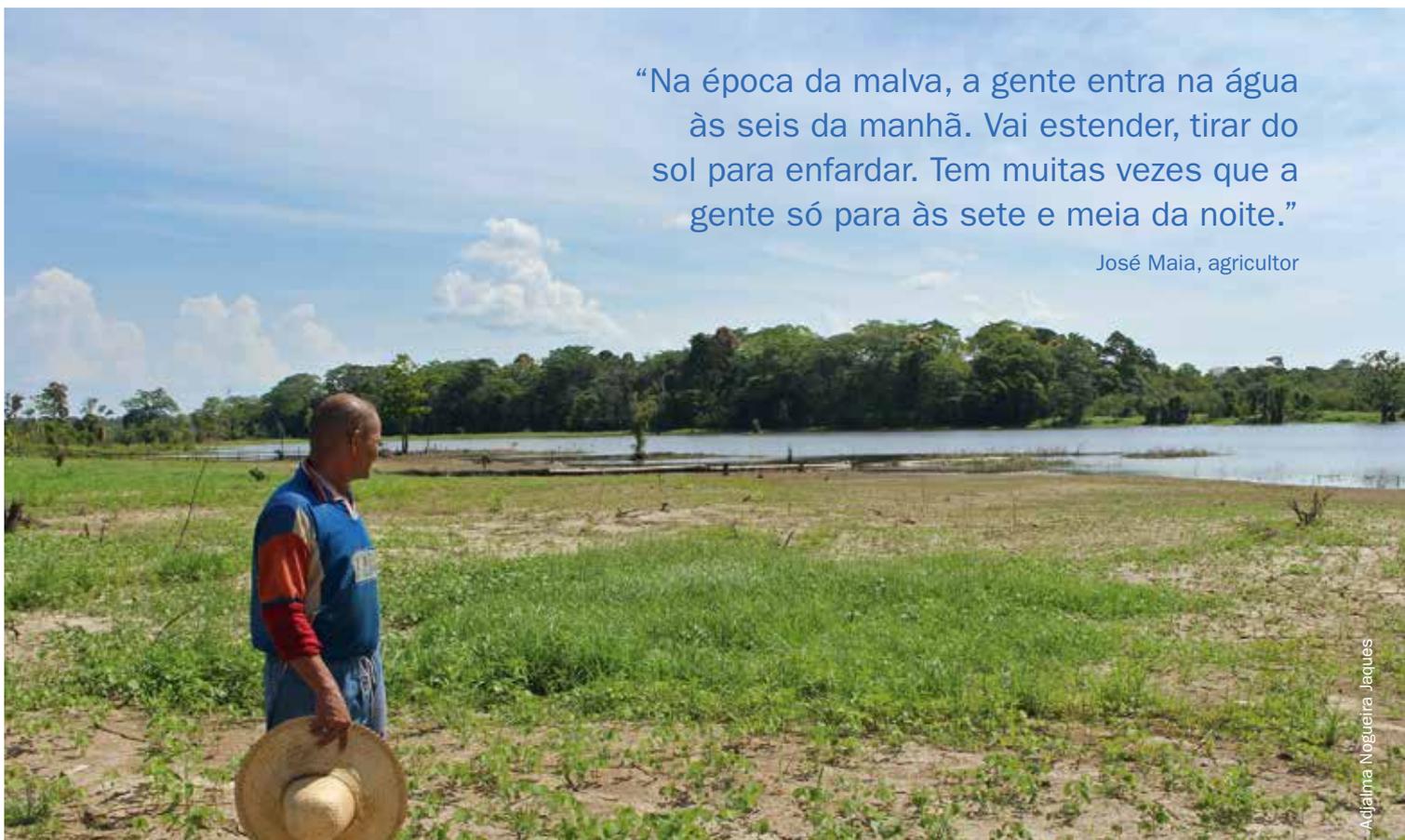
No Acre, os plantadores de banana encaram os ciclos das águas com menos deslumbramento, mais dificuldade. “No inverno, atrapalha muito, devido à lama que limita o deslocamento. No verão, o pasto seca, as bananas secam, a macaxeira, temos dificuldade para arrancar”, diz Raimundo Soares Pessoa, 69 anos, que vive em Colônia Paraíso. A cidade mais perto, Acrelândia, fica a 23 km. Ele vê as pessoas mais próximas se mudarem para a zona urbana, porque “não aguentaram a pressão”.

NO AMAZONAS, A VIDA DOS PRODUTORES DE MALVA E JUTA

Manacapuru é um município com cerca de 85 mil pessoas, no estado do Amazonas, localizado a 84 km da capital, Manaus. A produção das fibras de malva e de juta no município ocupa mais de 2,5 mil hectares, com uma produção de mais de 2,7 mil toneladas. Mas a vida dos pequenos produtores que moram nas áreas mais remotas não é fácil: a alternância entre os climas seco no verão e de intensas chuvas no inverno

“Na época da malva, a gente entra na água às seis da manhã. Vai estender, tirar do sol para enfardar. Tem muitas vezes que a gente só para às sete e meia da noite.”

José Maia, agricultor



Adjalma Nogueira Jaques

não permite que essas culturas sejam a única fonte de subsistência das famílias.

“A gente é pai de família, aí o jeito é ir para a pesca”, diz Raimundo Félix da Silva, 38 anos. Quando as chuvas alagam e destroem as plantações de banana, milho e macaxeira, ele e o irmão Charles buscam o sustento no rio. Numa noite boa eles chegam a trazer para casa 50 quilos de “fera” – os chamados “peixes de couro” como o surubim, filhote, piarara e jaú.

Assim como a vida dos ribeirinhos, o plantio da malva

obedece ao tempo das águas. A semeadura é no período molhado, quando a água começa a baixar. Raimundo Marinho, 57 anos, morador da Ilha do Marrecão, já começou a plantar a malva e espera colher a partir de janeiro: “Vai depender da água. De janeiro para frente, até abril, maio, a gente colhe”. Depois de colhida, a malva é cortada e fica de molho na água para amolecer e gerar a fibra que vai ser comercializada.

O estilo de vida nessas áreas rurais ainda é, em muitos sentidos, precário. A energia elétrica

é inconstante em muitos pontos da região. As pessoas contam que bebem água do rio: “A gente deixa ela assentar, coloca o cloro e depois bebe”, explica Raimundo Marinho. A insatisfação com os subsídios do governo para a plantação de malva e juta também é recorrente. Apesar disso, Raimundo não deseja viver em outro lugar. Está começando de novo sua vida na várzea, depois de morar em “terra firme”. “Não me dei bem lá, não me acostumei, voltei para cá. Gosto mais da várzea, até porque nasci e me criei na várzea”, conta.



“traga-me um
copo d’água,
tenho sede
e essa sede pode me matar”

texto Marcelo Benedicto fotos Lícia Rubinstein

g



A sensação de sede talvez seja a forma mais imediata de percebermos que a água é um elemento essencial para nossa sobrevivência, como sugere o texto ao lado, extraído da música “Tenho sede”, do compositor Gilberto Gil. Para nós, brasileiros, essa parece ser uma questão fácil de ser resolvida, pois o país detém cerca de 12% da água doce do planeta. Porém, a abundância é apenas aparente. Por isso, o país precisa pensar em formas sustentáveis de matar sua “sede”, especificamente no que diz respeito ao uso de água pela população e pelos diversos setores da economia.

No Brasil, como em qualquer lugar do mundo, a água disponível na natureza é utilizada de várias formas, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. O país conta com mecanismos de monitoramento dos fluxos e dos reservatórios, bem como de controle do uso. No entanto, ainda não sabe quanto de água cada setor produtivo efetivamente utiliza, especialmente em termos monetários, e o impacto desse consumo nos mananciais.

Para obter informações como essas o país está elaborando a Conta Ambiental da Água, projeto fruto de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira conta será divulgada no Fórum Mundial da Água, que será realizado em março de 2018, no Brasil.

“A Conta Ambiental da Água está inserida em um conjunto maior, que são as Contas Econômicas Ambientais, as

quais buscam estabelecer a relação entre o meio ambiente e a economia. Representa uma tentativa sistematizada, com metodologia reconhecida internacionalmente, para verificar quanto se gasta de recursos naturais na produção econômica”, explica José Antonio Sena do Nascimento, supervisor do IBGE.

Ela vai mostrar a quantidade de água utilizada nas diversas atividades econômicas do país e pela população em geral. A partir desses quantitativos será possível avaliar o impacto do consumo nos estoques (reservatórios e rios, por exemplo), sempre considerando o ciclo hídrico de cada um deles, e mensurar se esses mananciais correm o risco de se esgotarem em função do consumo excessivo. Também será avaliada a quantidade e a qualidade da água devolvida ao meio ambiente, verificando questões como poluição.

Essas informações serão a base para o cálculo monetário, ou seja, o quanto representa o

Breve histórico

Na Eco-92, houve uma firme determinação para que elementos de valoração ambiental fossem incorporados nas Contas Nacionais. A partir de 2000, a ONU começou a difundir os manuais de Contas Econômicas Ambientais. Já as discussões sobre a Conta Ambiental da Água começaram em 2009, após um seminário da Comissão de Estatística da ONU realizado no Brasil. Desde então, o IBGE, Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas começaram a se organizar institucionalmente para fazerem a conta. Finalmente, em 2012 a Portaria Ministerial Nº 163 formalizou o projeto.

Foto

Cachoeira no Lago de Furnas, no município de Capitólio, em Minas Gerais.

Agenda 2030

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 6 é dedicado à água potável e ao saneamento. Especificamente o item 6.4 tem relação direta com a construção da Conta Ambiental da Água: “Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água”.

consumo dos setores em relação ao que cada um deles contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Segundo

Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, os valores vão possibilitar uma medição mais correta da oferta, da demanda e do uso da água

na economia: “Toda vez que a gente faz uma conta mais especializada de algum setor a gente melhora os dados e o entendimento sobre o próprio setor. É importante para o país começar a entender todos os fluxos do meio ambiente na economia”.

Segundo Sena, a conta vai fornecer elementos para identificar os setores que, em termos financeiros, gastam muita água em relação ao que efetivamente contribuem para o PIB. “Será que não seria melhor investir em outro setor que gera muita riqueza e gasta poucos recursos naturais?”, questiona Sena. Ainda de acordo com ele, essas informações podem ajudar o Brasil a definir que caminho seguir em termos de desenvol-

vimento e sustentabilidade, optando por um uso mais intenso ou moderado da água:

“Isso ajuda a avaliar se o uso está sendo racional. Será que estamos ganhando muito ou pouco dinheiro considerando a quantidade de água gasta? O ganho econômico compensa? Será que vamos gastar todo um

estoque de água numa determinada produção econômica? Compensa a perda de um recurso importante?”.

USO SUSTENTÁVEL GARANTE CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAIS

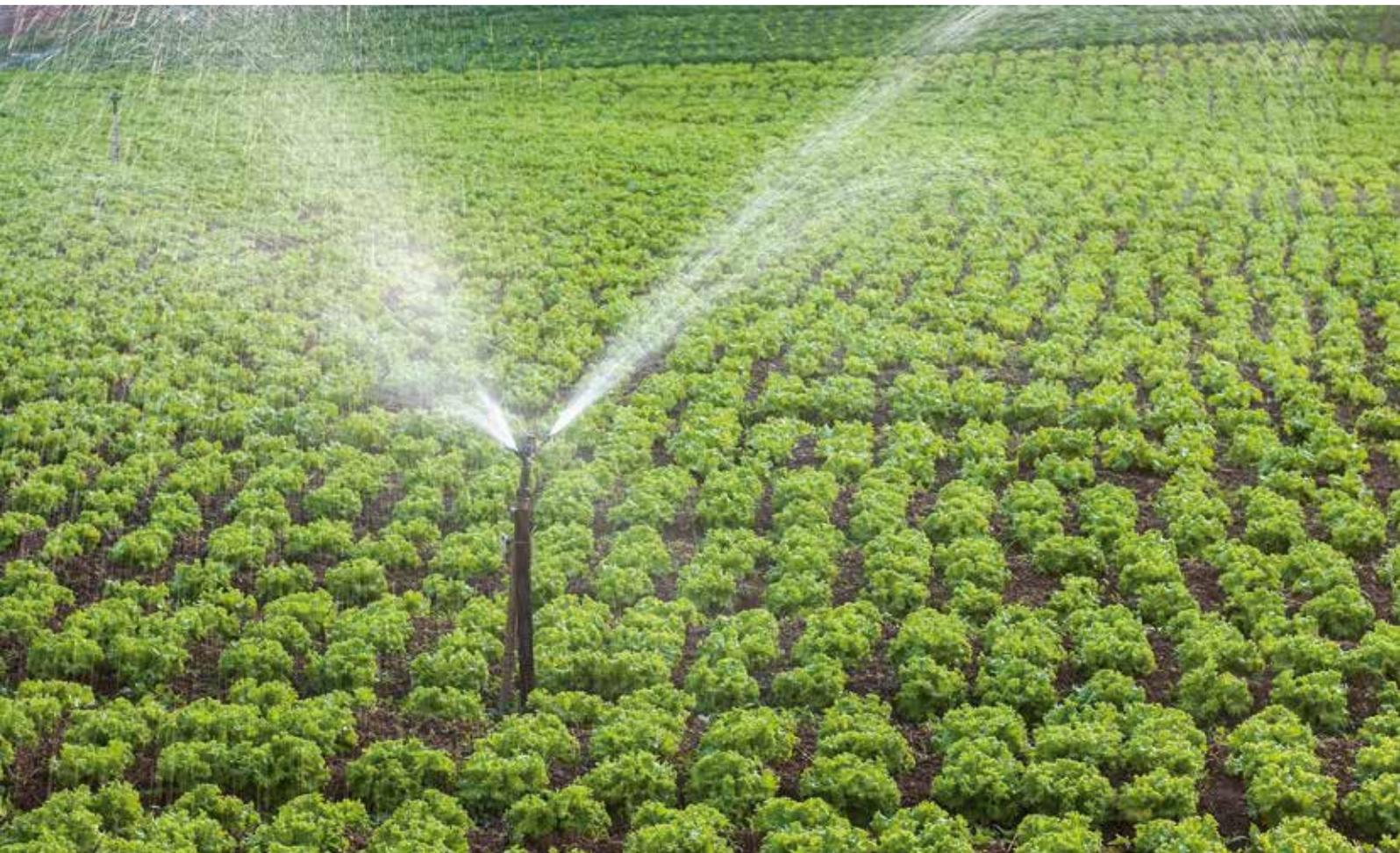
Uma das bases do projeto é a noção de segurança hídrica, conceito relacionado a iniciativas que possam diminuir os níveis de agressão às bacias hidrográficas. De acordo com Alexandre Lima, coordenador de Conjuntura e Gestão de Informação da ANA, o objetivo é fazer uma gestão mais eficiente da água: “Se aumento muito minha demanda por água, o manancial pode se esgotar. O ideal é ter uma infraestrutura

hídrica adequada para suprir as necessidades”.

Considerando a disponibilidade hídrica na superfície, o país retém 12% da água do planeta – valor que pode chegar a 18% se considerada a água oriunda de países vizinhos que entra no Brasil. Porém, quando olhamos a distribuição da água ao longo do território nacional, vemos que ela é totalmente desigual: 80% da massa de água está na Amazônia, onde se concentra a menor parcela da população. De forma oposta, são justamente as áreas com maior densidade demográfica as que têm menos disponibilidade de água, o que gera o chamado estresse hídrico:

“Nas bacias do Centro-Oeste há grande conflito pelo uso da água, o que é percebido através do conflito entre o setor hidroelétrico e a irrigação. No Sul, há uma grande demanda de água na irrigação de arroz inundado. O mesmo ocorre nas bacias de regiões metropolitanas, como a do Alto Tietê (São Paulo) e a do rio Piracicaba (Campinas)”.

Alexandre também ressalta a baixíssima disponibilidade hídrica do semiárido nordestino, situação agravada pelo fato de o subsolo ter pouca capacidade



de armazenamento de água. Para ele, segurança hídrica não diz respeito somente à quantidade de água disponível para ser utilizada, mas também à qualidade dessa água.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM SUSTENTABILIDADE

Apesar de a preservação de nossas bacias ser um aspecto valorizado no projeto da Conta Ambiental da Água, as instituições envolvidas defendem que o meio ambiente não deve ser um entrave para o desenvolvimento econômico, e sim um *locus* de desenvolvimento. É o que pensa Geraldo Sandoval

Góes, especialista em políticas públicas e gestão governamental do MMA:

“A questão da água é uma preocupação mundial, inclusive é algo que interessa tanto às organizações internacionais como às empresas privadas. A responsabilidade climática e a busca por modos de produção que causem menos impacto ao meio ambiente são questões cada vez mais incorporadas nas políticas públicas”.

A água está na superfície terrestre, nos aquíferos subterrâneos e na atmosfera, em estado gasoso, líquido ou sólido. Não temos como mudar a quanti-

“Não se trata de vilanizar algum setor da economia, mas de buscar uma utilização mais racional da água”

Alexandre Lima (ANA)

dade de água no planeta porque ela integra um ciclo hídrico, no qual nada se cria ou se perde, apenas se renova. Com a Conta Ambiental da Água será possível acrescentar mais uma camada analítica nesse ciclo: a contribuição da água para a atividade econômica e o impacto dessa atividade na água.

Consumo

Em termos de uso, o setor de irrigação é o que mais consome água no país, na ordem de 70% do consumo nacional. Depois vem o abastecimento urbano, seguido do setor industrial.

a arte e a estatística dos alimentos

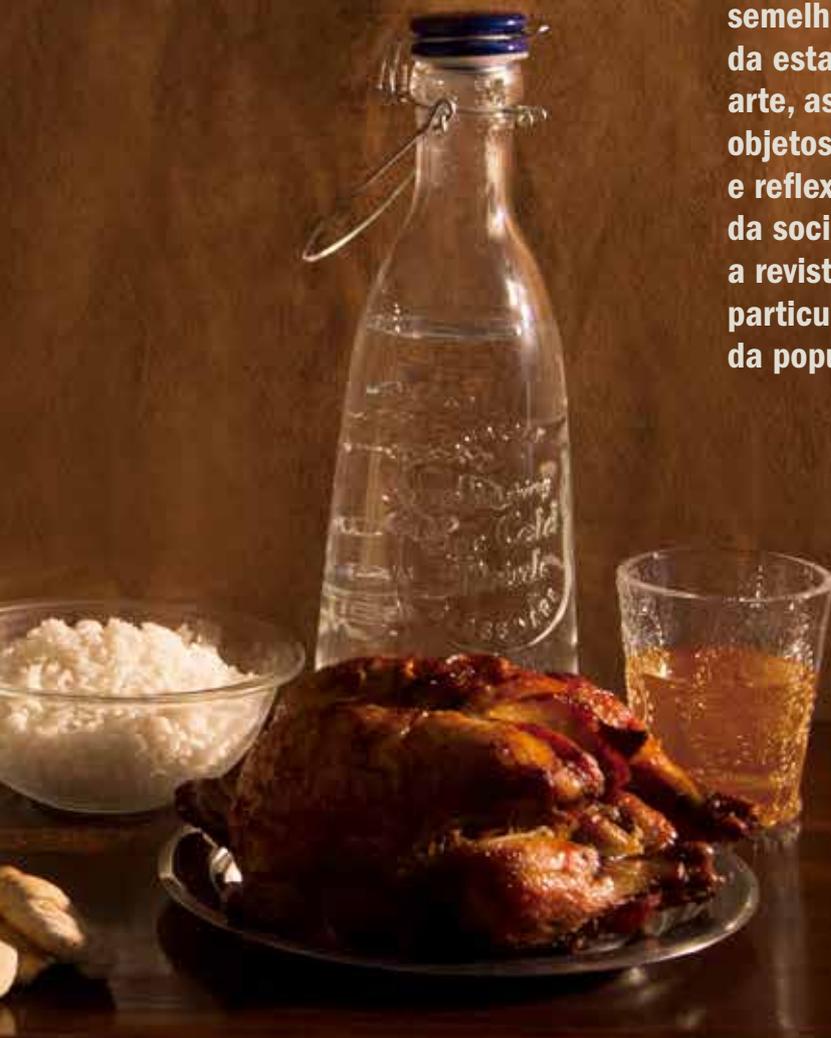
texto Pedro Renaux fotos Licia Rubinstein



e

A natureza-morta é um gênero artístico que relaciona objetos do cotidiano com temáticas contemporâneas, a fim de promover a reflexão, seja pela estética, seja pela significação. Apesar de métodos e de motivações extremamente diferentes, é possível encontrar semelhanças entre os campos da arte e da estatística. Assim como as obras de arte, as pesquisas do IBGE contemplam objetos do dia a dia que levam a análises e reflexões sobre os comportamentos da sociedade. A partir dessa analogia, a revista *Retratos* apresenta algumas particularidades dos hábitos alimentares da população brasileira.

Alguns dos produtos que mais pesaram no orçamento das famílias em 2017, de acordo com o IPCA: pão francês, queijo, leite longa vida, café moído, biscoito, arroz, frango inteiro e refrigerante e água mineral.



CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS



Conhecer as informações gerais sobre os hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias é uma das principais contribuições da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Após esse levantamento, a POF permite a elaboração da cesta de consumo do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, composto pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do Brasil, e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Mensalmente, são pesquisados 430 mil preços em 30 mil locais de 13 regiões.

Ao considerar a variação dos preços, o IPCA atualiza mensalmente o peso dos alimentos e bebidas no orçamento das famílias, o que faz com que esse grupo tenha grande influência na inflação do país. Segundo o gerente da pesquisa, José Fernando Gonçalves, os preços podem ser influenciados por uma série de conjunturas: “As rodovias ainda são as grandes responsáveis pelo transporte de produtos agrícolas, portanto o aumento nos combustíveis e nos custos de frete pode inflacionar o mercado de grãos. Ainda nesse contexto, em épocas de colheita das safras, a tendência é que os preços diminuam pelo aumento na oferta”, explica.

A última edição da POF,

realizada em 2009, indicou que a alimentação representava 19,8% do consumo. Os dados de 2017 do IPCA mostram que os alimentos e as bebidas comprometem, em média, 25% das despesas das famílias com rendimento entre um e 40 salários mínimos. No INPC, que considera apenas as famílias que ganham de um a cinco salários, a alimentação equivale a 31%. A professora do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rosana Salles da Costa, explica um dos aspectos que levam as classes de menor renda a comprometerem mais de seu orçamento com alimentação: “É uma questão de prioridade. Para esse segmento da população, quase não há despesa com cursos extracurriculares e com atividades esportivas”.

O CONCEITO DE ALIMENTAÇÃO IDEAL

Segundo a professora Rosana, o conceito de alimentação ideal está defasado, como preconiza o Guia Alimentar para a População Brasileira, de 2014: “Devemos abordar a alimentação a partir do contexto em que indivíduo está inserido. Se estivermos na região Norte, vamos priorizar os pescados e as raízes, por causa da disponibilidade desses



TUBÉRCULOS, RAÍZES E LEGUMES



CARNES



OS PESOS DOS ALIMENTOS NO ORÇAMENTO

Cereais, leguminosas e oleaginosas; Carnes; Tubérculos, raízes e legumes e Hortaliças e verduras são alguns dos itens do grupo Alimentos e bebidas, que compõe o IPCA. No infográfico, destaque para os pesos (julho de 2017) de cada um desses itens em âmbito nacional, além dos maiores e menores pesos regionais.



produtos e da influência indígena. Se estivermos no Sul, a cultura do churrasco indica o consumo de carne vermelha”, exemplifica. A diversidade regional é considerada pelo IPCA, que contempla as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória e Porto Alegre, além de Brasília e dos municípios de Goiânia e de Campo Grande.

A professora, que participou da equipe que analisou o consumo alimentar da última POF, e contribuiu com suporte técnico para a edição atual dessa pesquisa, explica que os produtos alimentícios com grande representatividade no orçamento das famílias ao longo de 2017 são considerados tradicionais (ver imagem de abertura da matéria): “O pão francês, o queijo, o café e o leite são o café da manhã. O arroz e o frango costumam ser consumidos no almoço e no jantar. São produtos assimilados à cultura popular”. Para a professora, a presença de biscoito e de refrigerante nessa lista indica um aspecto negativo da vida moderna: “O principal problema é a troca da água pelo refrigerante, que é uma bebida ultraprocessada. Quanto mais processado, maiores são as chances de o produto ter altos índices de gordura, de sódio ou de açúcar”.

MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES

Mesmo com as possíveis mudanças de hábito, a imagem do prato com arroz, feijão, salada e carne permanece como sinônimo de alimentação equilibrada. De acordo com a professora Rosana, essa combinação foi consolidada durante o processo de colonização e hoje é considerada uma marca do país: “O arroz com feijão é um fenômeno nacional, mesmo que haja variações regionais. No norte da Bahia, onde morei, comíamos muito feijão de corda. O fato é que os casos de desnutrição só não foram piores na história do Brasil por causa dessa mistura”, ressalta.

O consumo de açaí, que é típico do Norte, é um exemplo de produto que teve seu consumo disseminado pelas outras regiões do país. Os dados da POF 2009 demonstram que o consumo anual per capita de açaí no Pará e no Amapá foi de, em média, 17,84 kg e 23,96 kg, respectivamente. Em São Paulo, a mesma pesquisa indica que esse consumo foi de apenas 0,03 Kg. A importância da realização de uma nova POF, que está em campo até 2018, é justamente seu potencial de confirmar ou de rejeitar essas e outras percepções.

HORTALIÇAS E VERDURAS





a cidade como

texto Eduardo Peret fotos Licia Rubinstein
colaboração Irene Gomes

A EXPANSÃO URBANA ALTERA A CONFIGURAÇÃO DE MUITOS ESPAÇOS, AO PONTO DE PREJUDICAR ATIVIDADES NELES DESENVOLVIDAS. SEJA PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA OU PELO PROJETO URBANÍSTICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESSA PRESSÃO É SENTIDA EM ALGUMAS ESCOLAS, PRINCIPALMENTE PARA A PRÁTICA DE ESPORTES, QUE DEMANDA UMA ÁREA AMPLA E DIFERENCIADA. O PROBLEMA LEVA GESTORES E DOCENTES A PROCURAR ALTERNATIVAS PARA SE ADAPTAREM A ESSA REALIDADE URBANA.

e



sala de aula

EDUCAÇÃO FÍSICA: FUNDAMENTAL PARA A SAÚDE FÍSICA, MENTAL E SOCIAL

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2015, 123 milhões de pessoas de 15 anos ou mais não praticavam esportes no país, das quais 38,2% alegavam falta de tempo e 35% diziam não gostar ou não querer – mas, quando se perguntou aos jovens de 15 a 17 anos, o percentual dos que alegavam não gostar ou não querer aumentou para 57,3%.

Pode-se atribuir esse baixo interesse à falta de prática esportiva nas escolas na infância e adolescência. “A Educação Física é tratada como qualquer outra disciplina, sem levar

em conta suas especificidades: é impossível praticá-la sem instalações adequadas, vestiário, tempo extra para tomar banho e trocar de roupa”, avalia Antônio Soares, coordenador do Laboratório de Pesquisa em Educação do Corpo da UFRJ.

O acesso à prática desportiva de qualidade nas escolas está associado à Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial ao Objetivo 3 (assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos), ao 4 (assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade) e ao 10 (reduzir a desigualdade social). Porém, a gestão pública

“A praia é o habitat do carioca. Proporcionamos um ambiente pedagógico saúdável e combatemos a evasão”

Francisco Gomes Junior

do esporte nem sempre reflete bem essa importância.

O presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (CREF1), André Fernandes, ressalta que, muitas vezes, as aulas de Educação Física são o único meio de os jovens praticarem alguma atividade física. “Muitas crianças e adolescentes têm problemas de obesidade devido ao sedentarismo típico da era tecnológica. A Educação Física promove o desenvolvimento das atividades motoras, fundamental para o desenvolvimento físico e fortalecimento da saúde”, ressalta.

QUADRA CERCADA, OLIMPÍADAS NA PRAIA

Estudar perto da praia é um sonho para muitos, mas para os alunos do Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, em Copacabana, é uma realidade complicada. Quando foi fundado na década de 1960, havia poucos prédios em seu entorno, mas a expansão imobiliária foi cercando o colégio de condomínios. Hoje, o portão da escola se confunde com as garagens dos prédios e a quadra é coberta por uma rede, para evitar que uma bolada atinja alguma janela.

Os moradores, por seu lado, nem sempre apreciam a presença

de adolescentes jogando bola sob as áreas de serviço dos prédios. A solução foi oferecer atividades periódicas na praia, parte de um projeto que envolve as turmas do 3º ano. “Nossa escola não dispõe de infraestrutura adequada para as aulas de Educação Física. Por isso buscamos, com os alunos, alternativas que possam atender ao anseio da comunidade”, explica Francisco Gomes Júnior, diretor do Cabral. “A praia é o habitat do carioca. Oferecemos atividades como futebol de areia, vôlei de praia e cabo de guerra. Proporcionamos um ambiente pedagógico saúdável e combatemos a evasão escolar”, conclui.

A escola atende a estudantes de diversas localidades, inclusive moradores da Zona Norte e de comunidades locais, como Pavão-Pavãozinho e Tabajara. Os eventos na praia são programados para dias de menor movimento, em geral no inverno. Natação e mergulho são proibidos e a segurança é uma preocupação constante. “Os alunos estão envolvidos em todas as etapas, na construção das regras, do calendário. Isso une o colégio inteiro. O objetivo é que eles mantenham a atividade além dos muros da escola. Temos alunos que já são membros de clubes de remo,

vôlei e basquete, eles começaram a ter essa experiência aqui”, explica José Geraldo, professor de Educação Física.

UM VIADUTO NO MEIO DO CAMINHO

Fundado em 1978, em um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico, o Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho foi a primeira escola pública na região de Pilares, Zona Norte do Rio de Janeiro. Vinte anos mais tarde, foi inaugurada a Linha Amarela, cruzando a Avenida D. Hélder Câmara com um viaduto que passa ao lado da instituição. “Temos uma ótima relação com a administração da Linha Amarela, mas a posição geográfica da via atrapalha, com barulho, poluição e calor”, diz Ilma Baptista, diretora do Olinto, realçando que o colégio também é cercado por um posto de gasolina e um condomínio.

“A quadra é pequena para a prática de esportes oficiais. Se a bola cai no condomínio ou no telhado do posto, demora para recuperá-la”, conta Leandro Guerra, professor de Educação Física. “Como alternativa, fazemos aulas teóricas, em que pesquisamos temas transversais, como preconceito e qualidade de vida”.



Engaiolada

Construída numa área que antes era parte do estacionamento, a quadra do colégio Cabral é menor do que as medidas oficiais para a prática de esportes. A grade e a rede previnem acidentes, mas também limitam o espaço vertical para jogos de bola.



Debaixo da ponte

Na quadra coberta pelo viaduto da Linha Amarela, os alunos do colégio Olinto convivem diariamente com poluição sonora, fuligem e risco de acidentes, principalmente tombos causados pelo chão empoeirado. Já na quadra antiga, a céu aberto, o espaço é apertado e a chance de uma bola cair fora da escola é grande.

Há três anos, o espaço debaixo do viaduto da Linha Amarela foi cercado e cedido à escola, que ali construiu uma segunda quadra. “Além da poluição sonora, há também a fumaça dos carros, a poeira na quadra, que às vezes até causa acidentes, mas é o espaço que temos”, explica Leandro.

ESPORTE PRECISA DE GESTÃO PÚBLICA E DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

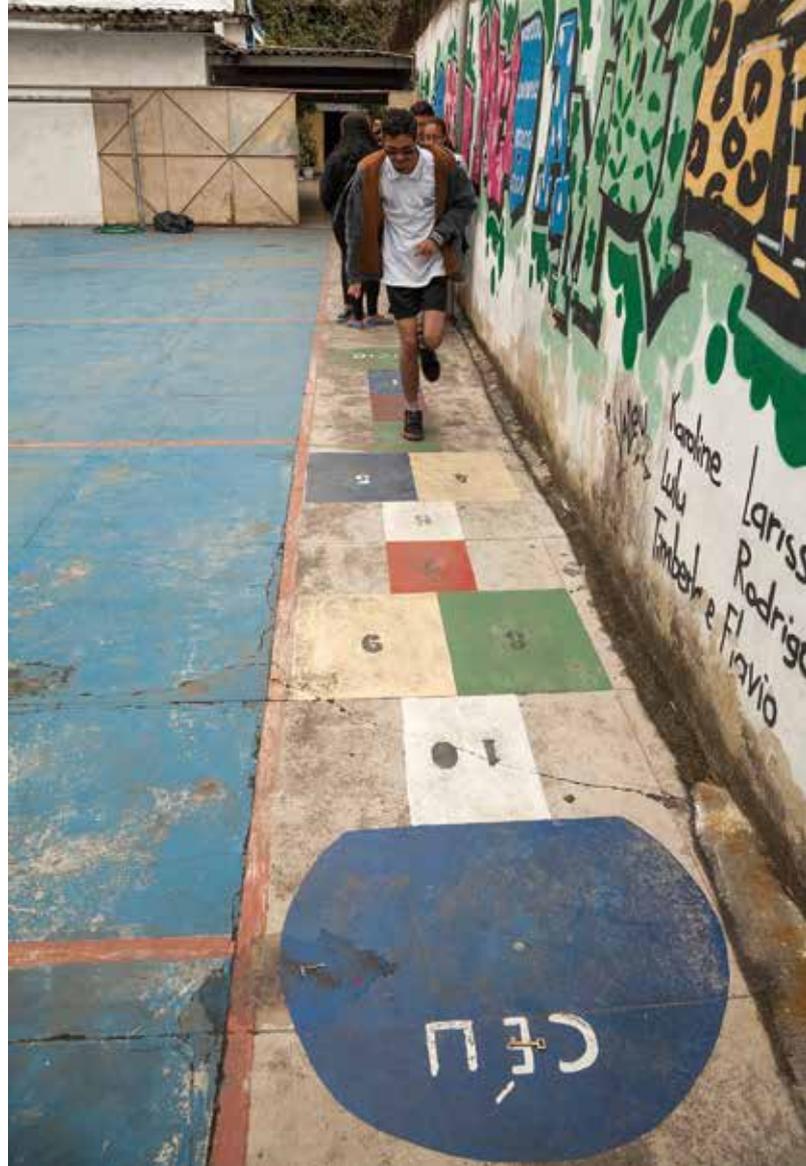
Segundo o Perfil dos Municípios e Estados Brasileiros – Esporte, pesquisa realizada pelo

IBGE em convênio com o Ministério do Esporte, em 2016 a grande maioria das prefeituras ainda não havia definido um Sistema de Esporte: conjunto de regras, direitos e deveres que estabelece mecanismos de gestão pública voltados para o esporte. O quadro era um pouco melhor nos governos estaduais, onde 13 administrações criaram meios para gerir as atividades esportivas.

De acordo com Vânia Pacheco, gerente da pesquisa, a definição desse sistema é um passo importante para que es-

tados e municípios tenham instrumentos de gestão, legislação e de participação da sociedade voltados para a prática esportiva. Outros aspectos pesquisados foram a existência de Conselho de Esporte, que devem ser abertos à participação da sociedade civil, e de Fundo de Esporte, necessário para prestar apoio financeiro a projetos e ações esportivas.

Segundo o urbanista Fernando Pinho, o planejamento urbano e seus instrumentos de gestão são importantes para se desenhar a cidade que se deseja



e regular seu crescimento. Para ele, no caso do Colégio Olinto, parece ter havido a priorização de um setor do funcionamento da cidade – a mobilidade – em detrimento de outros setores, nesse caso a educação. “Vemos uma falta histórica de integração de políticas de mobilidade, educação, habitação e saúde, só para citar algumas, e os consequentes impactos negativos, tais como a poluição sonora, a insuficiência e desorganização dos espaços”, complementa.

Para o urbanista, a imagem da quadra em Copacabana

reflete a desigualdade e injustiça social no país. “A vida em condomínio representa a negação do outro, um local onde se vive entre iguais, em bolhas de isolamento”, comenta Fernando

Pinho, que elogia a iniciativa de usar a praia. “Se a cidade é de todos e para todos, por que não se apropriar dela? A escola deve ser mais porosa à cidade, à vida do lado de fora. O colégio Olin-

to devia ter condições de fazer o mesmo”, afirma, ressaltando que é importante usar a geografia privilegiada da cidade para as práticas educacionais em geral: “Torço para que essas iniciativas deixem de ser

meras tentativas de resolver um problema, para se tornarem práticas costumeiras, de trazer a cidade para a sala de aula e tornar a cidade uma sala de aula”, conclui.

“Se a cidade é de todos e para todos, por que não se apropriar dela?”

Fernando Pinho, urbanista

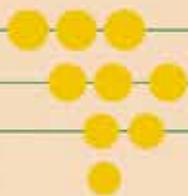
IBGE de Edmar Bacha

Imortal da Academia Brasileira de Letras, o economista Edmar Bacha foi presidente do IBGE entre maio de 1985 e novembro de 1986, período em que o Instituto começou a ser o responsável pelas contas nacionais e pelo cálculo do índice oficial da inflação

“O IPCA era calculado no IBGE, mas não era divulgado. Quando eu soube disso, falei que ele iria para a rua no dia seguinte. E não demorou muito para o governo transformá-lo no índice oficial da inflação, posição que mantém até hoje. Eu havia me colocado em uma situação extremamente difícil, já que também participava da equipe econômica do Plano Cruzado. Conseguimos preservar a idoneidade do IPCA, porém, tive que renunciar. Um abaixo assinado dos servidores pedindo para que eu ficasse foi o que me fez sair com a sensação de dever cumprido.”

texto Monica Marli

foto Guilherme Gonçalves/ABL



De 1º de outubro de 2017 a fevereiro de 2018, o IBGE vai pesquisar o setor rural brasileiro. É o Censo Agro 2017.

Recenseadores uniformizados e com identificação do IBGE vão visitar os mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários em todo o país para perguntar o que e como produzem esses estabelecimentos, obter informações sobre o produtor, distribuição e uso de terras, inovações no campo, entre outros temas. Com os resultados, o Brasil vai conhecer a nova realidade rural brasileira.

Receba bem o recenseador do IBGE e responda ao Censo Agro 2017

Mais informações



**O Brasil precisa do Censo Agro
O Censo Agro precisa do Brasil**

 /ibgecomunica  /ibgeoficial  /ibgeoficial  /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

